

50 Anos do Golpe Militar: um Depoimento

Fernando de Souza Barros

As evidências das perseguições, torturas e desaparecimentos de professores e alunos estão sendo recuperadas pelas “Comissões da Verdade” estabelecidas nas universidades públicas brasileiras. Os Atos Institucionais da ditadura brasileira foram ações com o propósito político de eliminar, pelo temor, eventuais tentativas de protesto dos corpos discente e docente das universidades. Estive ausente grande parte da década de 1960, participando apenas de três episódios provocados pelo regime militar. Estive presente em 1965 na intervenção militar da Universidade de Brasileira, participando, após sucessivas prisões de professores e alunos, do pedido de demissão da maioria dos professores da UnB. O segundo episódio foi no final da década de 1960, quando ocorreu o Ato Institucional No. 5, cassando as cátedras de professores contrários à ditadura, ou simplesmente denunciados anonimamente. Vários desses professores foram meus professores e colegas no Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Um deles, Plínio Sussekind Rocha, tinha um “clube de cinema”, uma sessão semanal após as aulas, quando exibia filmes antigos que foram “marcos de qualidade” da sua época. É bem possível que o filme “Encouraçado Potemkin”, filme soviético dirigido por Serguei Eisenstein, lançado em 1925, tenha constado da denuncia anônima que causou a cassação de Plínio. Nossa biblioteca tem uma foto de Plínio e possui o seu nome como nossa homenagem às suas contribuições como professor e administrador.

O último episódio está relacionado com a Reforma Universitária de 1968. A transferência da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Brasil, renomeada UFRJ, ato administrativo que revela que temos mais de cinquenta anos, para a Ilha do Fundão. A motivação política foi de afastar as manifestações de grandes massas de estudantes das universidades publicas brasileiras dos centros das capitais. Participei de um ato administrativo que evidencia o longo interesse da ditadura de afastar as universidades publicas dos centros das capitais, desde a época do “estado novo” de Getúlio Vargas. No inicio da década de 1960, como professor assistente “especialista” (porque recebia meu salário de uma dotação orçamental “especial”), fui convidado por Plínio Sussekind Rocha, na época diretor do Departamento de Física da

Faculdade, para ajudá-lo na distribuição dos laboratórios de ensino, sala de professores e de aulas desse Bloco A. Não era considerada a transferência das atividades de pesquisa, toda ela concentrada no Centro Brasileiro de Pesquisa Física; tratava-se, portanto do afastamento dos alunos. Historicamente, o primeiro grupo teórico do IF foi de José Leite Lopes e os professores assistentes Luiz Pinguelli Rosa, Zíeli Dutra Thomé Filho e J. A. Martins Simões. Devemos salientar a atuação de Leite Lopes na implantação do Instituto de Física na Ilha do Fundão. Transferido para Ilha do Fundão, Leite Lopes, como diretor do “novo” Instituto, considerou essa atuação do regime militar como uma oportunidade de instalar um acelerador de partículas de porte médio, da ordem de 800 MeV, para atrair pesquisadores brasileiros que trabalhavam no exterior. O Ato Institucional de 1968 interrompeu o “Projeto Fundão”. Leite Lopes, que tinha enviado dezenas dessas cartas para pesquisadores brasileiros, encontrou-se numa situação difícil por que era um crítico agressivo da universidade brasileira afastado das atividades de pesquisa. Na época eu trabalhava na Universidade Carnegie Mellon, da cidade de Pittsburgh, Estados Unidos. Fomos informados por telefone sobre as cassações e necessidade imediata de colaborar com colegas para conseguir oportunidades para professores cassados e alunos que estavam na “mira” dos militares. Com o apoio e atuação da diretoria e chefes de pesquisa do Instituto de Física de Carnegie-Mellon, foi possível oferecer um contrato de professor visitante para José Leite Lopes, e a admissão no curso de pós-graduação de seis alunos da USP, UFRMG, e UNICAMP. A qualidade dos alunos motivou várias solicitações informais de pesquisadores por mais alunos brasileiros!. Após um ano, Leite Lopes recebeu uma cátedra da Universidade de Strasbourg, onde permaneceu até a recuperação de sua cátedra em 1985.

Referências

- “Ciência e Liberdade” J. Leite Lopes, Paz e Terra (1969).
- “A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil” Carlos Benedito Martins, Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, pp. 15-35 (2009).